

XLI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA

ENEa

GYN

2 0 1 7

**EIXOS
TEMÁTICOS**

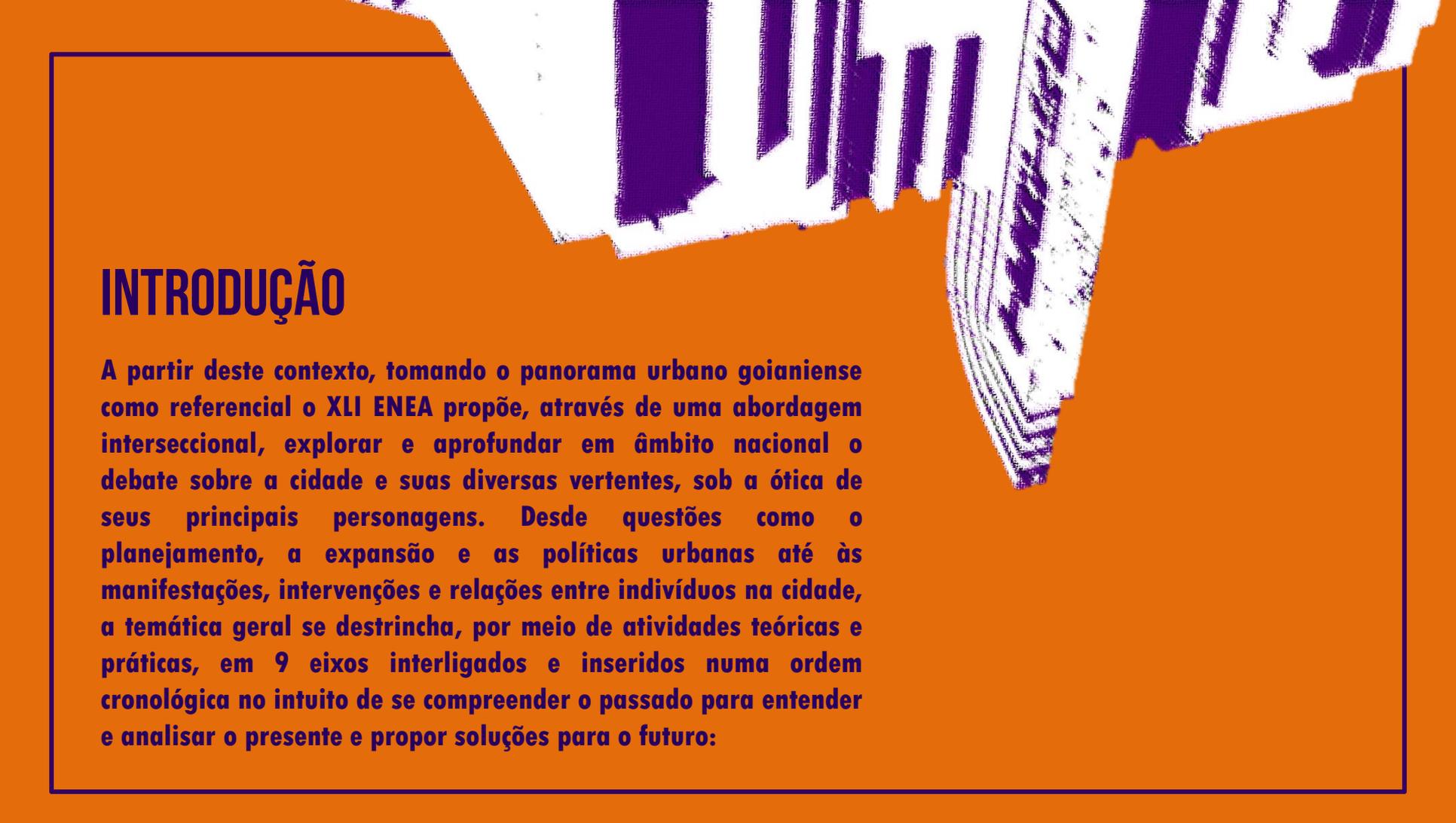
DA UTOPIA PLANEJADA À CIDADE MERCADORIA





CONTEXTO

Aos 83 anos, Goiânia já compartilha das mesmas patologias urbanas presentes nas mais antigas metrópoles do país. Falta de acessibilidade e mobilidade urbana, crimes ambientais, gentrificação e uma enorme desigualdade socioespacial são algumas das consequências de um modelo de cidade movido desde o princípio pelo capital principalmente imobiliário, contrariando as intenções do projeto urbano proposto pelo então urbanista Attilio Corrêa Lima. A utopia modernista e eurocêntrica não foi capaz de ultrapassar tanto as barreiras econômicas e culturais do sertão goiano, quanto a falta de interesse dos gestores em seguir qualquer planejamento que proporcionasse uma expansão organizada e democrática da cidade.



INTRODUÇÃO

A partir deste contexto, tomando o panorama urbano goianiense como referencial o XLI ENEA propõe, através de uma abordagem interseccional, explorar e aprofundar em âmbito nacional o debate sobre a cidade e suas diversas vertentes, sob a ótica de seus principais personagens. Desde questões como o planejamento, a expansão e as políticas urbanas até às manifestações, intervenções e relações entre indivíduos na cidade, a temática geral se destrincha, por meio de atividades teóricas e práticas, em 9 eixos interligados e inseridos numa ordem cronológica no intuito de se compreender o passado para entender e analisar o presente e propor soluções para o futuro:

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS URBANAS NO BRASIL

ANÁLISE HISTÓRICA E O PANORAMA ATUAL

A lógica modernista-racionalista influenciou fortemente o planejamento urbano no Brasil durante o século XX, aplicando aos modelos de cidade a crença no progresso linear, no discurso universal e no Estado centralizador. Como reflexo, foram desenvolvidas propostas urbanísticas com o objetivo de disciplinar a ocupação urbana e seus agentes sociais através de mecanismos como hierarquização e zoneamento, resultando em cidades “planejadas” segundo os modelos eurocêntricos e a utopia modernista que não correspondiam ao contexto cultural em que foram inseridas. Em paralelo mas nem sempre aliadas ao planejamento, as políticas urbanas no Brasil foram quase sempre impostas verticalmente, conduzidas pelo populismo e pelos interesses das classes dominantes, resultando neste cenário desigual e segregado que vemos hoje em nosso espaço urbano. O presente eixo objetiva um estudo aprofundado da construção das cidades brasileiras, analisando seu contexto e buscando uma crítica construtiva ao modo como foram projetadas, expandidas e geridas, quase sempre sem a participação popular.





CAMPO E CIDADE

CONFLITOS HISTÓRICOS ENTRE ESPAÇOS RURAIS E URBANOS

Propostas utópicas de cidades tendem a buscar o equilíbrio entre o rural e o urbano, espaços que exibem um contexto de intenso conflito. A relação de dominância e opressão da cidade em relação ao campo é o foco da discussão, buscando abordar o processo de modernização do campo ocorrido desde a década de 60, impulsionado pelo aumento da migração e da expansão urbana. Aqui debateremos também sobre os processos que levaram o campo e o camponês a serem usados economicamente e socialmente como mercadoria na produção das grandes cidades, que crescem em meio a espaços rurais não só negando como confrontando a cultura e os costumes ali presentes.

EXPANSÃO URBANA E DÉFICIT HABITACIONAL

OS IMPACTOS DA MÁQUINA DO CRESCIMENTO

A partir da década de 60, o aumento da migração aprofunda gradativamente a expansão urbana das grandes cidades brasileiras, acompanhada de perto pelo déficit habitacional. Mas é no passado mais recente, em meados da última década que o neo desenvolvimentismo atinge seu ápice no Brasil e a expansão urbana se afirma como meio de segregação socioespacial, na contramão da democratização da terra urbanizada. Através de grandes projetos e megaeventos, o mercado imobiliário e os gestores públicos utilizam-se de interesses da população como pretexto para viabilizar uma megaoperação imobiliária internacional, mobilizar capitais corporativos e financeiros mas sobretudo viabilizar a abertura de uma nova fronteira para que estes capitais e corporações possam se apropriar de grandes parcelas da cidade e transformar drasticamente o espaço urbano. Propomos aqui debater sobre este processo e os impactos dessa política urbana regida pelo mercado altamente especulativo que faz aumentar não só a segregação como o déficit habitacional no Brasil.





GENTRIFICAÇÃO X RESISTÊNCIA

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA FRENTE A RESISTÊNCIA POPULAR

Após observar nos eixos anteriores como as grandes cidades brasileiras se tornaram espaços altamente segregados, violentos e desiguais, voltamos os olhares ao presente para tratar de um dos maiores, mais trágicos e evidentes conflitos resultantes da desastrosa gestão dessas cidades ao longo do tempo. Ocupação Sonho Real em Goiânia, Vila Autódromo no Rio, Estelita no Recife e Ocupação Izidora em BH são alguns dos exemplos recentes desse embate que ocorre quando moradores, comerciantes locais, movimentos sociais e/ou ativistas se unem para preservar a história, o patrimônio, a paisagem ou a cultura presente em determinada área especulada pelo mercado imobiliário. Os bastidores deste processo, sempre árduo e muitas vezes violento, fazem parte de uma realidade pouco visibilizada pela sociedade e que será aqui exposta e debatida através da ótica e da voz de alguns de seus principais personagens.

ESPAÇO INTRAURBANO

CONTROLE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Estruturado essencialmente pelas condições de deslocamento do ser humano seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho seja enquanto consumidor, o arranjo interno dos espaços urbanos é regido pela sociedade que o transforma seletivamente, de acordo com suas necessidades e exigências funcionais. Partindo do entendimento de que a cidade é uma constante luta de classes, debateremos neste eixo como certos espaços tornam-se mais ou menos acessíveis, atrativos e valorizados ao longo do tempo, adequando-se aos interesses de localização e consumo das classes dominantes, que aliadas ao poder público e ao capital imobiliário constroem um espaço urbano cada vez mais desigual e segregado.





INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

DA TEORIA À REALIDADE

À base de muita luta, foram obtidas nas últimas décadas grandes conquistas sociais e urbanísticas na esfera institucional e legal. Milhares de conselhos participativos foram criados pelo país, promovendo - mesmo que indiretamente e nem sempre com efetividade - a participação da população, da academia e da sociedade civil organizada na produção do espaço e dos instrumentos legais. Com a implementação do Estatuto da Cidade, do Ministério e do Conselho das Cidades, o Brasil se torna referência internacional em legislação urbanística. Porém todo esse avanço legal é sucumbido aos interesses de uma política neoliberal e desenvolvimentista, estimulada pelas principais forças que regem a cidade como a indústria do automóvel, as grandes empresas de construção pesada e o capital imobiliário. O interesse público se restringe às leis jurídicas, incapazes de superar as leis de mercado. A partir dessa realidade, o desafio aqui é debatermos como se efetivar na prática o que pregam os instrumentos urbanísticos, de acordo com os interesses da população aliados ao conhecimento técnico dos profissionais que estudam a cidade.

DIREITO À CIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR

COMO DEMOCRATIZAR A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A conquista de direitos sociais e a criação de instrumentos urbanísticos, debatidos no eixo anterior, estimulam a participação popular nos espaços políticos de produção da cidade. O ápice da crise urbana somado a explosão das revoltas populares em 2013, ampliou e evidenciou o debate sobre a reforma urbana à nível nacional de forma nunca antes vista. De lá pra cá, a ocupação e produção democrática do espaço público vem sendo pauta cada vez mais, chegando ao ponto de termos verba federal destinada a projetos de assistência técnica de arquitetura e urbanismo. Mas todo esse avanço ainda é irrisório diante das necessidades e o direito à cidade está longe de ser alcançado. Propomos aqui debater acerca das alternativas para se alcançar uma real democratização da produção do espaço, observando o papel dos gestores, da sociedade civil, dos estudantes de arquitetura e urbanismo e de cada cidadão neste processo.



A vertical metal structure, possibly a staircase or a decorative element, is visible on the left side of the page. It consists of a central vertical pole with several horizontal rungs or supports. The structure is dark and appears to be made of metal. The background is a light, textured surface.

CIDADES COLABORATIVAS

DO PENSAMENTO GLOBAL À PRÁTICA CONTEXTUALIZADA

A ocupação do espaço público e suas consequentes intervenções coletivas garantem a boa utilização e apoderamento dos espaços. Através do pensamento global transferido a práticas locais vemos como pode ser simples melhorar infraestrutura e a paisagem de uma praça, um bairro ou uma região da cidade. O espaço público, como bem diz o nome é de todos e assim sendo deve ser produzido por e para todos. Mesmo sem o incentivo do poder público, são muitos os exemplos de ações e intervenções positivas promovidas por ONGs, coletivos, associações de bairro e moradores comuns, que voluntariamente se reúnem seja para manter uma horta comunitária na praça do bairro, seja para revitalizar e construir mobiliários urbanos ou até mesmo conjuntos habitacionais inteiros, através de processos participativos e autogestionários. Alguns dos protagonistas destes processos vão nos acompanhar neste eixo que busca evidenciar sua importância e debater como instigar a população a participar tornando essas práticas cada vez mais frequentes e a cidade consequentemente mais democrática.

SUSTENTABILIDADE URBANA

IMPLANTAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE CIDADE NO BRASIL

Sabemos que desde sua independência até meados do século XX o Brasil pouco se desvinculou das influências européias em sua produção cultural, arquitetônica e urbanística. Nossos gestores públicos sempre tentaram, sem sucesso, replicar no Brasil políticas urbanas e modelos de cidade estrangeiros, ignorando as gigantescas diferenças especialmente culturais, sociais, climáticas e econômicas entre os países. A partir do momento em que a crise urbana se evidencia e as principais cidades ocidentais passam a repensar e reformar drasticamente seu espaço urbano, gestores brasileiros elevam, ainda que timidamente, suas atenções aos urbanistas, geógrafos e demais estudiosos da urbe que há muito já alertavam a necessidade de mudança. O desafio agora é como repensar o espaço urbano brasileiro e implantar novos modelos de cidade adequados à nossa realidade.



PAUTAS COMPLEMENTARES

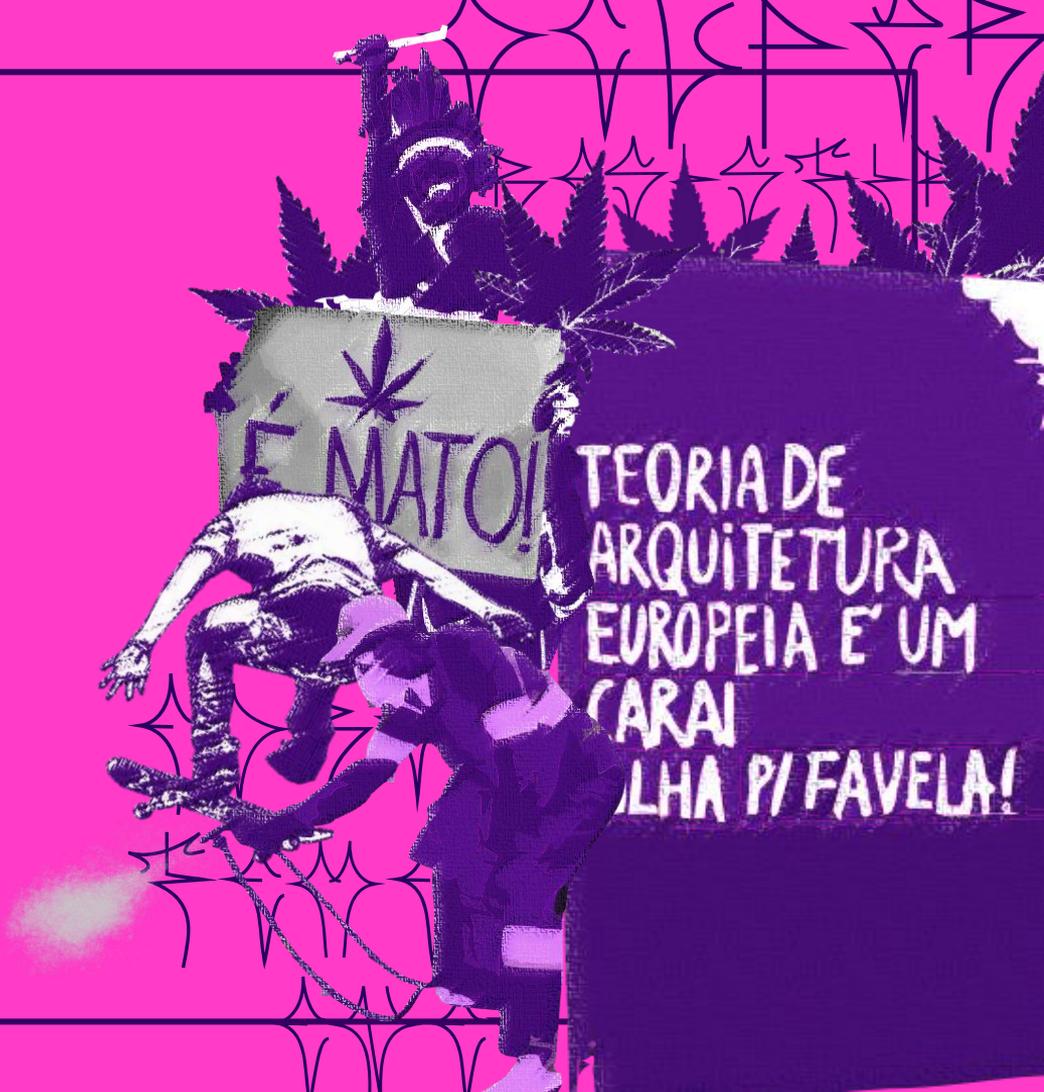
Em paralelo aos eixos temáticos, outras 4 pautas complementam nossa abordagem teórica, transmitidas através de debates abertos durante o encontro:

LUTA E RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS

CRIMINALIZAÇÃO E PROIBICIONISMO

MINORIAS NO ESPAÇO URBANO

TRABALHO E ENSINO



DÚVIDAS E MAIS INFORMAÇÕES:

 ENEA GYN 2017

 ENEAGYN

 ENEAGOIANIA@GMAIL.COM

WWW.ENEAGYN.COM.BR

ENEAGYN
2017

REALIZAÇÃO

 COMORG

PROMOÇÃO



FENEA